ATA N.º 21/2013**Data da reunião ordinária: 22-10-2013****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 15:30 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Maria de Lurdes Marques Esteves Alves dos Santos**Cargo:** Coordenador Técnico**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção de público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art.º 7.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Desejou uma boa tarde a todos, aos Srs. Vereadores, aos dois funcionários presentes para dar apoio e ao público presente nesta reunião, que como já teve ocasião de referir na 1.ª reunião, que ainda que a intervenção do público só seja possível numa reunião mensal, em todas as reuniões, será permitida a entrada do público.

b) Neste período que decorreu desde a tomada de posse, têm procurado desenvolver um processo de diagnóstico e de conhecimento das situações e dos dossiers mais relevantes da Câmara, ainda que só na próxima reunião darão conta circunstanciada de alguns desses dossiers.

Alguns deles são do conhecimento do Sr. Vereador Carlos Matias, porque transitaram do anterior executivo, mas não são do conhecimento dos restantes membros e por isso irão dar conta dessa situação de diagnóstico na próxima reunião, porque nesta não foi ainda possível fazê-lo.

c) Que após a tomada de posse, a Câmara visitou a generalidade dos espaços e serviços sobre a responsabilidade municipal, estas visitas, por razões várias, nem sempre contaram com os sete eleitos, mas procurou-se que na generalidade das visitas tivessem o maior número possível de eleitos, para justamente terem contacto com os serviços, com as pessoas e darem-se também a conhecer enquanto novos eleitos para a Câmara Municipal.

Foram visitas com muito interesse e foi possível constatar algumas situações que procurarão intervir no futuro, e também outras do agrado e de bom funcionamento de alguns serviços.

d) No dia 17 de Outubro, participou na inauguração das novas instalações do espaço da biblioteca e da sala de professores da sede do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, acompanhado pela Vereadora Dr.ª Tília Nunes. A cerimónia foi presidida pelo Sr. Ministro da Educação e Ciência e contou igualmente, com a presença do Sr. Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares. Foram recebidos pelo Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento.

e) No mesmo dia 17 participou, igualmente, na Conferência de Imprensa, em representação do Município, sobre a apresentação do novo logotipo da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, que decorreu no Museu Nacional Ferroviário.

f) Ainda nesse dia 17, participou também, pela manhã, em representação do Município, e integrou a mesa de honra, no Seminário de Envelhecimento, levado a cabo pela Associação dos Lares Ferroviários, iniciativa que já vai na 12.^a edição. Neste evento esteve também presente a Vereadora Dr.^a Tília Nunes.

g) No dia 18 participou num jantar dos Corpos Sociais dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, pela cerimónia simbólica da transferência para a nova sala da Placa com o nome Capitão Morga.

h) No dia 19 participou na inauguração da exposição de pintura Manuel Soares Traquina, que está a decorrer na Galeria Municipal, e que recomenda aos Senhores Vereadores, se possível, que a frequentem.

i) Hoje de manhã, entre as 10 e as 12.30 horas, participou, em representação do Município, na reunião da Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, participação essa, que depois será algo de ratificação, pelo menos espera que seja nesse sentido, na medida em que a designação de um representante é da competência da Câmara, mas como normalmente as reuniões são à 4.^a feira, mas pelo interesse de um dos vogais do Conselho de Administração do MNF, essa reunião teve lugar hoje, e como tal, entendeu dever participar, porque achou que era importante o Município estar representado.

2 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

a) Apresentou a Moção que a seguir se transcreve e que no início dos trabalhos da presente reunião, tinha entregado ao Sr. Presidente e Senhores Vereadores, fazendo de seguida duas intervenções que também se transcrevem.

A SABER:

«MOÇÃO

O artigo 142.^o da proposta de Orçamento de Estado, recentemente apresentado pelo governo na Assembleia da República, continua a excluir o transporte gratuito na ferrovia de trabalhadores das próprias empresas ferroviárias desde que não estejam em serviço, de familiares e dos reformados que haviam mantido essas concessões.

O ponto 4 do referido artigo, este ano acrescentado à proposta de Lei, não passa de uma piedosa recomendação, sem qualquer imperatividade e eficácia. Sugere-se a atribuição de uma esmola em vez de impor o reconhecimento de um direito.

Mantém-se assim extinto um regime de concessões com mais de cem anos, injustamente retirado na sequência da aprovação o OE2013.

Dado o enorme número de ferroviários, de suas famílias e de reformados da ferrovia no nosso concelho, a retirada das chamadas concessões significou e significa um agravamento significativo das condições de vida de muitos dos nossos concidadãos.

A Câmara Municipal do Entroncamento,

- manifesta o seu protesto pela eventual manutenção da retirada das concessões a ferroviários, famílias e reformados da ferrovia;
- apela a todos os partidos com representação parlamentar para que corrijam esta injustiça durante o debate e votação do OE, repondo a situação anterior a 2013;
- declara-se solidária com a luta dos ferroviários e das suas famílias pela recuperação destes direitos centenários.»

INTERVENÇÕES

b) A proposta de Orçamento de Estado para 2014 (OE 2014), entregue pelo Governo PSD/CDS-PP na Assembleia da República, mantém a retirada das concessões aos ferroviários e familiares, nos mesmos termos do OE 2013. Apenas é acrescentado um ponto. Admite-se que empresas como a CP e a Refer possam, se assim entenderem, atribuir aos ferroviários no ativo ou reformados e respetivas famílias “descontos comerciais em linha com as políticas comerciais em vigor na empresa”.

Ou seja, admitem que as empresas deem aos ferroviários apenas o que já atribuem a outros, não lhes reconhecendo direitos próprios, contratualmente adquiridos ao longo de mais de cem anos.

Caem assim por terra as ilusões e expectativas criadas pelo PSD em muitos ferroviários, a quem foram sugerindo que o OE 2014 poderia trazer “boas novidades”.

Pessoalmente, não esqueço as reuniões que a anterior Câmara manteve com os diversos grupos parlamentares e o que aí foi dito por cada um. Não me esqueço em particular da promessa do PSD de que o assunto seria revisitado no âmbito do OE2014 --- compromisso também assumido pelo Secretário de Estado Sérgio Monteiro --- e ainda da proposta de resolução apresentada pelo grupo parlamentar do PSD recomendando o estudo do assunto. Está à vista em que redundou tal “estudo”.

A revisita ao assunto, agora plasmada no artigo 142.º da proposta de OE para 2014, resume-se a manter o que está (mal) e a acrescentar um texto de imperatividade nula, uma mera sugestão piedosa e, portanto, sem qualquer valor. Durante o debate do OE na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda proporá, mais uma vez, a reposição das concessões de transporte roubadas aos ferroviários e seus familiares.

Foi esse o compromisso que o grupo parlamentar do BE estabeleceu com os ferroviários e as suas famílias, como declarou à Câmara Municipal do Entroncamento, na reunião havida na Assembleia da República.

Esperemos que, na hora da verdade, na Assembleia da República, quando estas propostas forem a votos, o grupo parlamentar do PS não se abstenha, como já fez, lavando as mãos como Pilatos, e deixando passar este ataque aos ferroviários e famílias, em grande número residindo na nossa cidade. Para nós, é claro que a força da luta dos trabalhadores é decisiva para reverter a situação.

O Bloco de Esquerda exorta, portanto, os ferroviários a continuarem a luta pela reposição do que foi roubado.

A Moção que aqui apresentamos visa uma tomada de posição de princípio deste novo executivo, na defesa dos interesses de grande número dos nossos concidadãos.

Visa também dar uma palavra de encorajamento e de estímulo aos ferroviários e às suas famílias que continuam a exigir justiça e a reposição das concessões de transporte retiradas na sequência da aprovação do OE2013.

c) Gostaria agora de assinalar, com preocupação, as notícias associadas à criação da nova Unidade de Saúde Familiar de Vila Nova da Barquinha.

Segundo veio a público, a nova USF da Barquinha está dimensionada para 9500 utentes, visando acolher também utentes do Entroncamento.

O último censo, de 2011, regista cerca de 7300 habitantes para o concelho vizinho (mais precisamente 7322), número que não deverá ter sofrido alterações profundas desde então.

Ou seja, o Serviço Nacional de Saúde sobredimensionou a nova USF da Barquinha, preparando-a com médicos de família e outros profissionais para acolherem 2200 utentes... do Entroncamento.

Isto não faz qualquer sentido. Os utentes do Entroncamento têm de ser atendidos no nosso concelho e em nenhuma circunstância devem ser empurrados para o serviço do concelho vizinho.

As exceções --- pessoas que, por uma ou outra razão, queiram mesmo ser lá atendidas --- serão em número reduzidíssimo e não justificam a opção organizativa.

Se há 2200 utentes sem médico de família no Entroncamento, então desloquem para cá os recursos necessários para que os utentes sejam atendidos no nosso concelho, sem necessidade de deslocações para concelhos vizinhos.

As pessoas residem aqui, podem ir a pé ao Centro de Saúde, dispõem de uma rede de transportes urbanos. Têm o direito de ser atendidos na sua própria terra.

Deixo desde já uma nota de preocupação sobre as opções organizativas dos cuidados de saúde primários na nossa região e no nosso concelho.

Vou acompanhar a evolução deste processo e não deixarei de voltar a ele, se se justificar.»

Terminada a leitura destes assuntos, o Exmo. Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores, que relativamente à Moção apresentada, intervieram, assim:

- Vereador Sr. David Ribeiro referiu que a CDU também acha muito estranho, todos estes acontecimentos relativamente à proposta do novo Orçamento de Estado para 2014, depois de todos os compromissos havidos, quer pela Assembleia da República, quer pelos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e também com outras entidades, que asseguravam que a situação era extraordinária e se reportava, apenas a 2013, e que estaria a haver entendimentos para que a situação fosse ultrapassada.

Foram feitas promessas, criaram-se expetativas aos ferroviários. Os ferroviários que estiveram aqui nesta sala, solicitando a participação da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e também da Senhora Deputada, que na altura presidia aos trabalhos na Assembleia Municipal, saíram daqui com fortes expetativas de que no ano de 2014 a situação estivesse resolvida.

Obviamente que aquilo que se coloca de novo para os ferroviários e suas famílias, quer no ativo quer reformadas, é uma mão cheia de nada, apenas e só um conjunto

de recomendações que a belo prazer, se a tutela permitir e se as administrações assim o entenderem, poderão eventualmente dar.

Para si é ponto assente, e a CDU tem colocado inequivocamente, é que a reposição daquilo que lhes foi roubado tem que ser integral, porque o que está em causa é a dignidade das pessoas, daquelas que ao longo das suas carreiras pagaram e contribuíram para ter esse direito e que lamentavelmente tem sido roubado, é o termo.

Esta moção faz todo o sentido e daí aquilo que tem sido alvitado pelo Vereador Sr. Carlos Matias, do Bloco de Esquerda, naturalmente será extensível a todas as forças políticas e que a Câmara Municipal possa intervir objetivamente na discussão destas questões, na Assembleia da República, com os Grupos Parlamentares, dado não se tratar apenas dos ferroviários do Entroncamento, mas sim de todo o País.

O Entroncamento é uma terra de tradição ferroviária e naturalmente os ferroviários e as suas famílias, se organizarão para lutarem com todas as forças que tiverem, para que este direito não lhes seja sonegado.

- A seguir, o Vereador Sr. Carlos Amaro usou da palavra para dizer que a bancada do Partido Socialista, ao longo deste último ano, sempre esteve ao lado dos ferroviários na luta contra a retirada das concessões. É essa a postura que se mantém hoje. E esclarecendo um pouco o Sr. Vereador Carlos Matias, o Partido Socialista votou contra o Orçamento de Estado de 2012, contra a retirada das concessões, portanto uma postura clara.

Aquilo que têm a dizer é que o executivo lutará sempre ao lado dos ferroviários e das concessões ferroviárias, merecendo-lhes a aprovação da Moção.

- Por último usou da palavra a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha, dizendo que mantém as posições que sempre assumiu. As concessões fazem parte das remunerações dos trabalhadores e dos antigos trabalhadores ferroviários.

Nestes termos, continuará a fazer todas as diligências, visando atingir o objetivo que não é seu, que é de todos, e obviamente que é solidária com o conteúdo da Moção, não com a forma, muito menos com a linguagem utilizada pelo Sr. Vereador da C.D.U.

A proposta de Lei do Orçamento de Estado não está fechada, é uma proposta.

Continuará a envidar todos os esforços para cumprir o objetivo que assumiu, relativo às concessões ferroviárias para reformados, pensionistas e famílias, obviamente, também para os ferroviários.

Terminadas que foram estas intervenções, o Exmo. Presidente submeteu à votação a Moção apresentada, que foi aprovada, por unanimidade.

Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

- De novo, o Exmo. Presidente, tomando o uso da palavra e no que respeita à 2.^a intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias disse que ficava registada a intervenção.

- Ainda o Exmo. Presidente e antes de encerrar o período de Antes da Ordem do Dia, e se lhe é permitido, pede desculpa por o não ter feito na altura, mas pensa que é importante referir à Câmara o facto de logo no final da última reunião, tal

como tinha informado, terem encontrado o espaço que foi disponibilizado e que já está definido, para os Srs. Vereadores da oposição.

Foi sugerida a possibilidade de cada um dos Srs. Vereadores disporem de um computador portátil, apenas o Sr. Vereador David Ribeiro, necessitou desse equipamento, mas a todos foi disponibilizado esse equipamento, bem como o espaço, quer para receberem munícipes, quer para poderem reunir em conformidade com aquilo que foi falado.

- Seguidamente e em relação à Ordem do Dia, referiu que era relativamente pequena, mas têm vindo a fazer uma seleção de questões que lhes parecem que são urgentes, mas que, em simultâneo, também têm complexidade, pensam que na próxima reunião haverá, com certeza, uma Ordem do Dia mais preenchida e com maior duração.

- Por último, o Exmo. Presidente referindo-se aos pontos da Ordem do Dia de hoje, ou a qualquer outro ponto em que se tenha que tomar decisões, perguntou aos Srs. Vereadores se vêm algum inconveniente em que sejam aprovados em minuta, para produzirem efeitos imediatos.

Esta questão mereceu a concordância de todo o executivo.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 14 de outubro de 2013, que previamente foi distribuída aos Srs. Vereadores, e sobre a qual foram feitas as seguintes observações:

- Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha gostava de ser esclarecida em relação ao Resumo Diário da Tesouraria, que não se lembra do mesmo ter estado na reunião ou de ter sido feita alguma referência, e pergunta se é suposto não terem a informação prévia e ela aparecer na ata ou foi por lapso.

Sobre esta questão, o Exmo. Presidente informou que vai ver o que se passou, mas se não estava presente na reunião terá sido um lapso. Vai verificar qual era o procedimento nesta matéria e depois em função disso informará a Câmara, assim como, em relação às situações futuras.

Está disponível para o retirar da ata se assim o entenderem.

Também o Vereador Sr. Carlos Matias referiu o seguinte:

- Dada a óbvia relevância política de um esclarecimento prestado pela Sr.^a Vice-Presidente, durante o debate do Regimento, solicito que seja incluído em ata a informação prestada a propósito de só ser pública uma reunião do executivo, em cada mês.

Informou então a Dr.^a Ilda Joaquim que, no seu entender e no entender do Partido Socialista, em nome do qual falava e confirmado agora mesmo pelo Sr. Presidente, e passo a citar: “O facto de não serem reuniões públicas, não possa dizer que o público não possa estar presente.”

É este o entendimento que solicitava que ficasse registado em ata.

- O Exmo. Presidente esclareceu que o que foi dito reiteradamente, e que consta do Regimento aprovado, foi que apenas uma reunião por mês terá a intervenção do

público, não obstante, todas as reuniões terem a possibilidade da presença do público, e desde a primeira hora foi essa a posição.

Só há uma reunião mensal em que é permitida a intervenção do público, e pode-se verificar facilmente o número de intervenções do público que ocorreram nos últimos 4 anos, que foi diminuta. Mas isso não obsta a que tenham toda a disponibilidade para receber participações/sugestões dos munícipes e dar-lhes o devido andamento, como também não obsta a que as reuniões sejam transparentes.

Nesta conformidade foi o que disse claramente e voltou a dizê-lo no início desta reunião que, “todas as reuniões, independentemente de poderem ter intervenção do público ou não, têm permissão de poderem ter público a assistir.”

No entanto, se o Sr. Vereador Carlos Matias não estiver esclarecido, faremos o que entender para constar em ata.

- O Vereador Sr. Carlos Matias considerou estar perfeitamente esclarecido, desde que esta intervenção do Sr. Presidente, o essencial dela, fique registada em ata.

Posto isto, o Exmo. Presidente colocou a ata à votação, retirando-lhe, após a concordância de todos, a referência ao Resumo Diário da Tesouraria, a qual foi aprovada, por unanimidade, e assinada por todos os presentes.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

13691 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ENVIO DE EDITAL DELIBERAÇÕES

- Ofício n.º 155/13, datado de 02 de outubro, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar cópia do edital com as posições e as deliberações que aquele órgão tomou na Sessão Ordinária, realizada em 30 de setembro de 2013.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ZONA INDUSTRIAL

12461 – ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE 5 LOTES DE TERRENO – CASAL MARCOS FERREIRA – ZONA INDUSTRIAL – 2.ª FASE

- No seguimento da deliberação tomada na reunião de 16 de setembro findo, na qual a Câmara Municipal deliberou proceder à abertura da hasta pública para a venda dos lotes de terreno n.ºs 4, 5, 6, 7 e 8 situados na Zona Industrial – 2.ª Fase, foi presente este processo, com a seguinte informação da Assistente Técnica, Paula Oliveira, do Setor de Serviço Notarial:

«Após análise técnica das candidaturas apresentadas pelas empresas Tipografia Central (lote4) e Feitor Unipessoal Lda. (lotes 5, 6, 7 e 8), considerou-se que ambas preenchem os requisitos necessários. Deste modo, atendendo às informações prestadas que constam nos anexos 11, 12, 14 e 15, deverá ser presente à próxima reunião de Câmara, para aprovação, bem como o Edital da Hasta Pública agendada para dia 21/11/2013 (anexo 18).»

EDITAL

“ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE 5 LOTES DE TERRENO, SITOS NO CASAL MARCOS FERREIRA – ZONA INDUSTRIAL – 2.ª FASE”

- JORGE MANUEL ALVES DE FARIA, Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, torna público, em cumprimento da deliberação camarária de 16 de setembro de 2013 e de harmonia com o regulamento da Zona Industrial – 2.ª Fase, que, no dia 21 de novembro de 2013, pelas 10h30m, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, no Entroncamento, se procederá à alienação em hasta

pública, dos lotes de terreno, propriedade do Município, com as seguintes identificações:

Lote N.º 4 - terreno para construção urbana, com a área de 1.300,00 m², sito no Casal Marcos Ferreira – Zona Industrial – 2.ª Fase, que confronta a Norte com Lote n.º 3 do Município do Entroncamento; Sul com Lote n.º 5 do Município do Entroncamento; Nascente com Município do Entroncamento e Poente com Rua Projectada, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, sob o artigo 2719, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 3512 da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, inscrito a favor do Município, pela inscrição de aquisição AP-2 de 23-04-2011, com o valor patrimonial atual de 49.959,18€.

Lote N.º 5 - terreno para construção urbana, com a área de 1.170,00 m², sito no Casal Marcos Ferreira – Zona Industrial – 2.ª Fase, que confronta a Norte com Lote n.º 4 do Município do Entroncamento; Sul com Lote n.º 6 do Município do Entroncamento; Nascente com Município do Entroncamento e Poente com Rua Projectada, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima sob o artigo 2720, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 3513, da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, inscrito a favor do Município, pela inscrição de aquisição AP-2 de 23-04-2011, com o valor patrimonial atual de 44.969,77 €.

Lote N.º 6 - terreno para construção urbana, com a área de 1.140,00 m², sito no Casal Marcos Ferreira – Zona Industrial – 2.ª Fase, que confronta a Norte com Lote n.º 5 do Município do Entroncamento; Sul com Lote n.º 7 do Município do Entroncamento; Nascente com Município do Entroncamento e Poente com Rua Projectada, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima sob o artigo 2721, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 3514, da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, inscrito a favor do Município, pela inscrição de aquisição AP-2 de 23-04-2011, com o valor patrimonial atual de 43.830,89 €.

Lote N.º 7 - terreno para construção urbana, com a área de 1.170,00 m², sito no Casal Marcos Ferreira – Zona Industrial – 2.ª Fase, que confronta a Norte com Lote n.º 6 do Município do Entroncamento; Sul com Lote n.º 8 do Município do Entroncamento; Nascente com Município do Entroncamento e Poente com Rua Projectada, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima sob o artigo 2722, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 3515 da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, inscrito a favor do Município, pela inscrição de aquisição AP-2 de 23-04-2011, com o valor patrimonial atual de 44.969,77 €.

Lote N.º 8 - terreno para construção urbana, com a área de 1.260,00 m², sito no Casal Marcos Ferreira – Zona Industrial – 2.ª Fase, que confronta a Norte com Lote n.º 7 do Município do Entroncamento; Sul com Lote n.º 9 do Município do Entroncamento; Nascente com Município do Entroncamento e Poente com Rua Projectada, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima sob o artigo 2723, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 3516 da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, inscrito a favor do Município, pela inscrição de aquisição AP-2 de 23-04-2011, com o valor patrimonial atual de 48.451,52 €.

Só poderão concorrer à hasta pública os interessados cujo dossier de candidatura tenha sido admitido.

CONDIÇÕES GERAIS DE ALIENAÇÃO

O valor base de licitação será de:

- Lote 4 – 9.750,00€
- Lote 5 – 8.775,00€
- Lote 6 – 8.550,00€
- Lote 7 – 8.775,00€
- Lote 8 – 9.450,00€

Não serão admitidos lanços inferiores a 500,00€.

O pagamento do lote será do seguinte modo:

50% do valor da adjudicação, no ato da arrematação;

Os restantes 50% do valor da adjudicação serão efetuados na data da escritura de compra e venda, a celebrar no prazo de 30 dias, após a hasta pública;

A não realização da escritura por motivos imputáveis ao adquirente implica a perda das quantias já pagas. A Câmara Municipal poderá aceitar a prorrogação deste prazo por motivos devidamente justificados.

O referido nas alíneas anteriores não exclui a possibilidade de o adquirente, se assim o entender, proceder ao pagamento integral no próprio ato da arrematação;

As imposições fiscais ou quaisquer outros encargos respeitantes à alienação do lote, são da conta do adquirente;

Desde já se dá conhecimento a todos os interessados de que só podem licitar no seu próprio nome ou de quem forem procuradores legalmente autorizados.

- Para constar se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume, bem como na página oficial desta Câmara Municipal, em www.cm-entroncamento.pt

- E eu, Gilberto Pereira Martinho, _____ Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças do Município do Entroncamento, o subscrevi.

- Paços do Concelho do Entroncamento, aos ... dias do mês de de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal,
Jorge Manuel Alves de Faria»

- Nesta altura, a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha referiu que lhe parece que o processo está convenientemente informado pelos serviços, no entanto, colocou a dúvida se no Edital não deveria constar a constituição do júri que foi nomeado. A razão desta sua intervenção é só um alerta que deixa para o facto de a haver essa necessidade a mesma ser corrigida.

Sobre esta questão, o Exmo. Presidente informou que desconhece, mas sugeriu que o Edital fosse aprovado nas condições propostas e se houver necessidade de conter o júri, será presente na próxima reunião.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar as candidaturas de acordo com as informações prestadas pelos Técnicos, bem como o presente Edital para a Hasta Pública, com a ressalva da questão colocada pela Sr.^a Vereadora Isilda Aguincha.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3206 - LISTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETO DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL

- A Câmara, de acordo com a informação prestada pela Sr.^a Vice-Presidente de que na presente lista foram incluídas prestações de serviços, que não teriam que o ser,

na medida em que saem fora da obrigação de serem presentes à Câmara, porque não se incluem na autorização genérica aprovada por deliberação de 04 de março de 2013, e dado que os serviços não tiveram, em tempo útil, oportunidade de preparar a lista sanando estas incorreções, deliberou, por unanimidade, retirar este ponto da ordem de trabalhos e ser presente na próxima reunião, com a lista corretamente elaborada.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

14328 - EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2.3 DR. RUY D'ANDRADE – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 9

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Medição de Trabalhos, Situação n.º 9, do Contrato Inicial, no valor de 275.442,75€ (duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos), elaborado em 30 de setembro de 2013, referente à empreitada da “Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade”, adjudicada à Firma Alpeso – Construções, SA.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

13316 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DO BONITO – ENVOLVENTE AO CAMPO RELVADO E BANCADA POENTE - LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO

- Do Técnico Superior Eng.º Civil Nuno Carda, da DOM – Divisão de Obras Municipais, foi presente a informação que a seguir se transcreve, referente à empreitada da “Requalificação do Parque do Bonito – Envolvente ao Campo Relvado e Bancada Poente”, na sequência de um pedido de liberação parcial de garantias bancárias da Firma adjudicatária EcoEdifica – Ambiente e Construções, S.A.

A SABER:

«Na sequência de ofício enviado pela firma EcoEdifica (SGD 11737/13), solicitando a liberação parcial de garantias bancárias, caução da empreitada indicada em assunto, convocou a Câmara Municipal a referida firma empreiteira para a realização de uma vistoria a todos os trabalhos realizados.

A referida vistoria foi efetuada no dia 04 de outubro de 2013, na qual compareceram, a Eng.ª Dora Alexandra Roque Duarte, na qualidade de representante do empreiteiro, e o Técnico de Construção Civil Justimiano Guilherme Monteiro, e eu, Eng.º Nuno Teixeira Carda como representantes da Câmara Municipal do Entroncamento.

Encontrando-se já decorridos 3 anos após a receção provisória, realizada no dia 9 de Junho de 2010, e tendo-se verificado na vistoria realizada não existirem defeitos que justifiquem a não liberação da caução, poderá, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, proceder-se à liberação de mais 15% da caução inicial da empreitada.

Assim, e em acordo com o ofício apresentado pelo empreiteiro, pode-se autorizar a liberação no valor de 5.914,81€ da garantia bancária n.º 343 315 do Banco Espírito Santo, e a liberação no valor de 527,21€ da garantia bancária n.º 2542 000518 993 da Caixa Geral de Depósitos.

Mais se informa que, de acordo com o n.º 4 do art.º 4.º do Decreto-Lei 190/2012, a decisão de liberação da caução deverá ser comunicada ao empreiteiro, através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com recibo de leitura, no prazo de 30 dias contados da data da vistoria realizada.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, autorizar a liberação parcial das garantias referidas, de acordo com esta informação.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

11621 - PROC.º DE OBRAS N.º 14/2013 – NÚCLEO SPORTINGUISTA DO ENTRONCAMENTO - ALTERAÇÃO/AMPLIAÇÃO EM EDIFÍCIO (SEDE COM RESTAURAÇÃO E BEBIDAS) – PROJETO DE ARQUITETURA

- Durante a discussão e votação deste processo o Vereador Sr. David Ribeiro ausentou-se da reunião, por se encontrar abrangido pelo n.º 6 artigo 55.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

- Presente o processo de obras número 14/2013, em nome do Núcleo Sportinguista do Entroncamento, referente à alteração/ampliação de edifício (sede com restauração e bebidas), sito no Gaveto da rua da Igreja número 6 com a rua Batalhão Sapadores Caminhos de Ferro, número 36, nesta cidade, conforme o projeto de arquitetura que junta.

- Ouvido, para o efeito, o Técnico Superior Arquiteto José Tavares, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitiu, este, o seguinte parecer:

«Pretende o requerente alterações e ampliação de edifício existente, sede do **Núcleo Sportinguista do Entroncamento**, sendo a instalação contemplada com um estabelecimento de restauração e bebidas.

Entrega elementos solicitados pelo nosso ofício n.º 1612 de 26 de junho de 2013 os quais correspondem ao solicitado.

Na análise destes serviços, verifica-se que o projeto de arquitetura está em condições de merecer deferimento com as condicionantes do parecer da Delegação de Saúde, (SGD n.º 11572), devendo o requerente ser notificado a apresentar, no prazo de 6 meses, os projetos de especialidades nos termos do n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007 de 4 de setembro e Decreto-lei n.º 26/2010 de 30 de Março.

Mais se informa que deverá ser enviado ao requerente cópia do parecer da Delegação de Saúde.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura, de acordo com o parecer do Técnico.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.

- E eu, _____, Coordenador Técnico na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.